

## ESPORTES ADAPTADOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DESAFIOS À LUZ DA BNCC

*Vinícius Aparecido Galindo<sup>1</sup>, Lucimar Cristina da Silva<sup>2</sup>  
Otávio Augusto Campos dos Santos<sup>3</sup> e Jederson Garbin Tenório<sup>4</sup>*

### Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância da inserção dos esportes adaptados no currículo da Educação Física escolar, buscando uma aproximação com a BNCC e olhar sobre a inclusão na escola. Algumas escolas regulares promovem o discurso inclusivo, contudo, não dialogam com mais profundidade sobre a inclusão em suas práticas educativas. Assim, é comum a não participação dos estudantes com deficiência das aulas de Educação Física. A metodologia do artigo é de natureza qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica em livros, documentos e periódicos eletrônicos. Os resultados destes estudos bibliográficos indicam que os professores de Educação Física precisam propiciar um ambiente favorável à inclusão não só dos estudantes com deficiência, mas sim de todos os estudantes, por meio dos esportes adaptados.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar; Esportes Adaptados; Inclusão; Formação Docente.

### ADAPTED SPORTS AS A PEDAGOGIC INTERVENTION IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

### Abstract

The present study aims to analyze the relevance of including adapted sports in the school Physical Education curriculum, seeking a new look at inclusion at school. It is noted that, in (regular) school environments, inclusive activities are promoted on a daily basis, but there is a great challenge regarding accessibility and the participation of students with disabilities in these spaces and in the teaching-learning process, especially regarding inclusive practices. within the scope of Physical Education classes. Some regular schools promote inclusive discourse, however, they do not discuss inclusion in more depth in

<sup>1</sup>Doutorando em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP (UNIMEP). Professor da Educação Básica e do curso de Educação Física do Centro Universitário do Norte de São Paulo (UNORTE).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Graduada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Muzambinho - MG.

<sup>3</sup>Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário do Norte Paulista (UNORP) São José do Rio Preto-SP. Trabalha na Secretaria Municipal de Esportes de Frutal - MG.

<sup>4</sup>Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP (UNIMEP). Trabalha na Rede de Ensino de Mato Grosso em Cláudia - MT.



their educational practices. Therefore, it is common for students with disabilities to not participate in physical education classes at school. The article's methodology is qualitative in nature, through a bibliographic review of books, documents and electronic journals. The results of this bibliographic study indicate that Physical Education teachers need to qualify so that they are able to provide an environment favorable to the inclusion not only of students with disabilities, but of all students, innovating in their teaching actions and making their actions relevant through sports adapted according to the student's context.

**Keywords:** School Physical Education; Adapted Sports; Inclusiveness; Teacher Education.

## 1. Introdução

A inclusão no ambiente escolar vai além de permitir que o estudante com deficiência seja matriculado em uma instituição de ensino. Ela possibilita oportunidades de estimular a autonomia, a criatividade, bem como apreender conteúdos diversificados e de socializar, propiciando sensibilidade no tocante ao respeito às diferenças de qualquer ordem.

Muitos ambientes escolares regulares apresentam a intenção de oportunizar um ambiente mais inclusivo, todavia, não refletem acerca da inclusão em suas práticas educativas, sendo comum a não participação dos estudantes com deficiência durante as aulas de Educação Física (Cabral e Almeida, 2019).

A ideia de inclusão não é apenas garantir o acesso e a permanência de estudantes nas escolas, o propósito é eliminar obstáculos que dificultem a sua participação no processo educativo. Compreende-se que uma educação inclusiva exige que os ambientes escolares se transformem para que todos os estudantes tenham acesso, sucesso e permanência no seu espaço, constituindo-se em um processo de modificações em todos os aspectos da instituição de ensino, para que a escola acolha todos os estudantes, respeitando suas necessidades, diferenças, potencialidades e valorizando a diversidade (Castro, 2021). Essa transformação não se restringe ao ambiente físico, com a construção de rampas ou eliminação de barreiras, mas uma mudança no ambiente social.

A inclusão é um processo no qual a sociedade se reorganiza em dimensões como, por exemplo, humana, política, estrutural, entre outras, com o intuito de potencializar e acolher as pessoas com deficiência na sociedade (Sassaki, 2006). Chicon (2008), destaca que a Educação Física por meio dos esportes adaptados, viabiliza o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na escola. Assim, é um componente curricular que envolve a socialização e inúmeras possibilidades de compreensão das dificuldades e do compartilhamento de experiências entre os sujeitos, possibilitando-se um trabalho cooperativo e igualitário.

Observando tais questões é que se formulou o problema desta investigação: o que diz a literatura sobre o uso do esporte adaptado nas aulas de Educação Física enquanto estratégia de inclusão na escola?

O objetivo deste artigo é analisar o que diz a literatura sobre a inserção dos esportes adaptados nas aulas de Educação Física, buscando um novo olhar sobre a inclusão no ambiente escolar.

De acordo com Moura (2021), o esporte é um conteúdo que se apresenta com muita frequência nas aulas de Educação Física, pois ele está presente de maneira significativa na sociedade, sendo uma manifestação corporal muito vivenciada e de conhecimento geral. Tem características próprias, tais como os espaços para sua prática, as vestimentas, os materiais e as regras.

Salermo e Araújo (2008) relatam que o esporte para a pessoa com deficiência, seja ele adaptado por meio de uma modalidade já existente ou criado para a prática de um determinado grupo, é considerado esporte, o qual é compreendido como um fenômeno que exerce influência sobre a sociedade e por ela é influenciado.

O crescimento dos esportes para pessoas com deficiência, a sua legitimidade e a evolução constituem um conhecimento importante em relação à cultura corporal a ser trabalhada no ambiente escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora não aborde o tema do esporte adaptado nas aulas de Educação Física de maneira clara, carece de uma tradução e aproximação para o “chão da quadra”. O documento dialoga com aspectos relativos à inclusão ao longo do texto, mas é preciso que se faça uma aproximação com os discursos produzidos. Embora, o termo “adaptado” não é encontrado ao longo do documento, considera-se que a unidade temática Esportes reúne as manifestações formais dessa prática, e também aborda suas possibilidades de derivações. A dinâmica de desenvolvimento do esporte se altera de acordo com o contexto que se realiza, pode se efetivar na perspectiva do lazer, da educação e da saúde (Brasil, 2017).

O professor que valoriza a diversidade amplia a sua visão de mundo nas oportunidades e possibilidades no âmbito da Educação Física escolar numa perspectiva inclusiva, intervindo no tocante a segregação social evidente (Venditti JR., 2014). Assim, destacamos a relevância da Educação Física escolar por meio dos esportes adaptados visando o respeito às diversidades.

A prática esportiva adaptada pode sensibilizar os estudantes para o respeito com as pessoas com deficiência e, por meio da compreensão das adaptações necessárias, sair de uma visão reducionista para uma visão mais ampla da realidade, sem preconceito ou discriminação e valorizando a diversidade.

Segundo a BNCC (Brasil, 2017), o esporte é uma prática que pode estar sujeita às características dos envolvidos e ao espaço e materiais disponíveis, mesmo que mantenha suas ações guiadas basicamente pela lógica interna institucionalizada.



Para Kasser e Lytle (2013), desenvolver o esporte adaptado na escola é dar abertura para uma atividade inclusiva. Nesse cenário, é ir além de oportunizar a adaptação e o acesso para viabilizar a participação de todos os estudantes ao incluir sujeitos com diferentes habilidades nas atividades, ou seja, destacar a diversidade e a igualdade, em que o equilíbrio de oportunidades seja promovido a todos. Exemplificam-se alguns esportes adaptados que podem ser realizados nas aulas de Educação Física: bocha, futebol de cegos, vôlei sentado, atletismo, *goalball*, entre outros, observando-se a faixa etária dos participantes. Por meio dessas modalidades, pretende-se que os estudantes sejam capazes de considerar as possibilidades de adaptação dos esportes para pessoas com deficiência dentre outros elementos da Cultura de Movimento. Eles são conteúdos fundamentais para as práticas educativas nas aulas de Educação Física a serem desenvolvidos para todos os estudantes (com deficiência ou não), com a intencionalidade de proporcionar tomar consciência sobre as diferentes modalidades, refletir sobre os limites, possibilidades corporais. Assim, oportunizando a abertura para um trabalho numa perspectiva interdisciplinar no ambiente escolar.

De acordo com Fazenda (1994), um processo de mudança de uma ação didática tradicional para uma ação didática mais transformadora, numa perspectiva interdisciplinar, é essencial uma revisão de aspectos dia após dia desenvolvidos pelo professor. Isto é, ao analisar de que forma esses aspectos são observados, começa um processo de ingresso a uma ação didática interdisciplinar. Assim sendo, o professor de Educação Física que busca trabalhar de forma interdisciplinar deve ter uma postura dinâmica com relação ao conhecimento, com o intuito de sempre aprofundar seus saberes articulando-se com outras disciplinas em diversas fontes. Cabendo a este professor ter a humildade de aceitar seus erros e mudar quando for preciso, estando sempre receptivo para novas possibilidades, à pesquisa e à facilidade de trabalhar coletivamente com os demais pares (professores).

Além disso, realizar um trabalho voltado à interdisciplinaridade promove a articulação entre as disciplinas escolares, ou seja, possibilita uma interação entre a Educação Física e os diferentes campos do conhecimento. A interdisciplinaridade é o diálogo contínuo entre as disciplinas escolares em que pode haver discordância ou não, com o objetivo de valorizar as vivências dia após dia. Conforme Fazenda (2011), uma ação pedagógica em uma perspectiva interdisciplinar deve levar em conta a socialização entre as disciplinas científicas, seus conceitos, suas metodologias, seus dados, seus procedimentos, suas diretrizes e sua organização, ou seja, a interação vai além da cooperação entre disciplinas, alinhando-se às ideias em todos os aspectos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

Zanato e Gimenez (2017) relatam que o processo de aprendizagem deve estar voltado para o estudante, considerando suas diferentes possibilidades e necessidades. É essencial que os contextos sejam flexíveis e norteados por um currículo que possa efetivamente atender às necessidades dos sujeitos. Isto é, um currículo inclusivo deve valorizar a diversidade e

sempre se adequar às competências, habilidades e necessidades dos estudantes.

## 2. Metodologia

Neste estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, sendo realizada a busca nos sistemas de bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na base de busca do *Google Acadêmico* (livros, documentos e periódicos eletrônicos). As fontes acima, foram escolhidas baseadas em experiências de pesquisa anteriores.

As pesquisas qualitativas, segundo Minayo (1994, p. 21), “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado”.

A busca foi realizada por meio de obras relativas aos termos-chave da pesquisa relacionados entre si, através de equações de pesquisa, tais como: esporte adaptado + práticas pedagógicas; Educação Física + inclusão + metodologia. Foram encontrados 240 materiais para o estudo, 63 (54 artigos e 9 livros) na biblioteca da UNICAMP, 66 (60 artigos e 6 livros) na biblioteca da UFRGS e 111 (90 artigos, 8 livros, 6 documentos e 5 dissertações de mestrado) no google acadêmico, abrangendo o período de 1992 a 2023, na área da Educação Física, envolvendo a temática esportes adaptados, práticas pedagógicas e inclusão, publicados em língua portuguesa. A busca do material em bibliotecas foi realizada no período de janeiro a setembro de 2024, conforme tabela 1 abaixo:

**Tabela 1: base de dados e equação de pesquisa.**

<b>Palavras-Chave</b>	<b>UNICAMP</b>	<b>UFRGS</b>	<b>Google Acadêmico</b>
Esporte adaptado + Práticas pedagógicas	20/2 artigos 3/2 livros	18/1 artigos 3/2 livros	32/5 artigos 5/4 livros
Educação Física + Inclusão + Metodologia	34/2 artigos 6/2 livros	42/2 artigos 3/1 livro	58/7 artigos 5/4 livros 6/5 documentos e leis 5/1 dissertação de mestrado

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

Utilizando-se a base de dados da UNICAMP, UFRGS e base de busca *Google Acadêmico* ao realizar as equações de pesquisa conforme a tabela acima, filtramos a quantidade de materiais apresentados com o objetivo de trazer um número final escolhido. A escolha dos materiais para a pesquisa foi feita através da leitura dos títulos, sumários, resumos dos periódicos, livros, dissertações e documentos, selecionando-os aqueles que estavam disponíveis para acesso e tinham uma proximidade com a temática elaborada para a construção deste artigo. Já os critérios de exclusão foram documentos, livros,



dissertações e periódicos repetidos ou que não tinham uma proximidade com a temática pesquisada. Ou seja, com o propósito de organizar todos os procedimentos com o intuito de garantir a qualidade das fontes. Assim sendo, definindo-se por meio de uma equação de pesquisa os critérios de inclusão e exclusão e de todas as regras que julguem pertinentes para o processo investigativo.

No levantamento bibliográfico, consideram-se as seguintes formas de análise: temática, textual, interpretativa e problematização (Severino, 2007). Neste estudo utilizamos as análises textual e interpretativa.

Salienta-se que este estudo também é de natureza qualitativa. Ou seja, segundo Minayo (1994), este tipo de investigação tem como objetivo compreender o universo de significados, valores, aspirações, atitudes, crenças e motivos, possibilitando um espaço mais aprofundado dos fenômenos, dos processos e das relações, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim sendo, uma pesquisa qualitativa não tem a preocupação com uma representação numérica, pois seu propósito é a compreensão de um grupo social ou organização (Goldenberg, 1997).

### **3. Educação Inclusiva: o que essa realidade nos provoca?**

Na atualidade, a escola deve reinventar-se diante das transformações do mundo moderno, buscando estratégias diversificadas através de novas ações didáticas e pedagógicas diante da pluralidade do ser humano, visando a promover o princípio da inclusão dos estudantes com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, com o intuito de atingir aos objetivos educacionais e sociais. Mais uma vez, verificamos que a palavra "inclusão", dentro da BNCC, não consta no documento da Educação Física (BRASIL, 2017), necessitando de uma aproximação com as ideias presentes no texto. Nas competências gerais da BNCC, a 10ª, remete essa tarefa: "Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários" (Brasil, 2017, p. 7).

Compreende-se que inclusão é uma definição que envolve uma mudança de atitude, um compromisso político, tendo como propósito a transformação de uma sociedade mais justa e igualitária com pessoas autônomas, criativas e críticas, sendo elas com ou sem deficiência (Simões *et al.*, 2018).

Ampliar o olhar no ambiente escolar vai além de realizar apenas uma aula, é acolher todos os estudantes, para que eles sejam pertencentes àquele espaço, valorizando a diversidade, garantindo o princípio da inclusão e a educação de qualidade-equidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 (artigo 58):

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996, Art. 58, p. 29).

Assim, é dever do Estado assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, no qual esse estudante poderá desenvolver os aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Além disso, os parágrafos 1º e 2º do artigo 58 da LDBEN evidenciam que haverá, quando for necessário, serviços de apoio especializado, na escola de ensino regular, em atendimento às especificidades dos estudantes de educação especial, e essa assistência no âmbito educativo será realizada em classes, serviços especializados ou escolas. Ou seja, será oferecido atendimento em função das especificidades dos estudantes quando não for possível a integração desses estudantes às classes comuns de ensino regular (Brasil, 1996, Art. 58).

Já no artigo 59 da LDB, consta que os sistemas de ensino irão assegurar, aos estudantes com deficiência, altas habilidades (superdotação) e transtornos globais do desenvolvimento:

I-currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II-terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III-professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns; IV-educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V-acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996, Art.59, p.30).

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), a qual aborda as necessidades educativas especiais de todas as crianças e adolescentes cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem, sejam temporárias ou permanentes, compete à instituição de ensino promover aulas no sentido de incluir, acolher e integrar essas crianças e jovens, e a intencionalidade das ações pedagógicas (aprendizagens) devem ajustar-se às necessidades de cada um.

Observa-se que os estudantes com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, ao estarem assegurados pela legislação da Educação Especial nessa modalidade de ensino e ao serem

realizadas, no ambiente escolar, oportunidades efetivas para o desenvolvimento integral do estudante (de acordo a particularidade do sujeito), podem experienciar a sua formação para o mundo do trabalho, as aprendizagens contextualizadas, a interação entre as diversas culturas por meio de atividades diversificadas. Ou seja, são ações com intencionalidade que possibilitam a superação de barreiras, repudiando qualquer atitude preconceituosa, promovendo o princípio da inclusão social.

Compete às instituições de ensino tornarem-se espaços abertos, solidários, viabilizando a cultura de paz, possibilitando atitudes de respeito mútuo entre as pessoas para ter consciência de que, ao valorizar a diversidade, mais enriquecedora será a nossa capacidade de ampliar a nossa visão do mundo.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), em seu artigo 3º, a acessibilidade possibilita a utilização de recursos com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, transportes, edificações, informação, comunicação e equipamentos urbanos.

Segundo a LDBEN (Brasil, 1996), as barreiras para os sujeitos com deficiência são consideradas como urbanísticas e arquitetônicas (espaços públicos ou privados), nos transportes (meios de locomoção), nas comunicações e informações (qualquer situação que dificulte o recebimento de mensagens e de informações por meio de sistemas de tecnologia da informação e de comunicação), atitudinais (atitudes que trazem prejuízo à participação social do indivíduo com deficiência em condições de igualdade e oportunidades com outras pessoas) e tecnológicas (as que complicam o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias). Além disso, a oportunidade de acessibilidade da pessoa com deficiência, de acordo com a sua especificidade, para vivenciar e aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a verificação de textos em Braille, o sistema de sinalização tátil, os caracteres (símbolos, letras, números) ampliados, os recursos através das multimídias, bem como a linguagem escrita, oral e simples, os meios alternativos de informação e de voz digitalizados, os sistemas auditivos, inserindo as tecnologias da comunicação e informação, são fundamentais para viabilizar o processo de inclusão social da pessoa com deficiência (BRASIL, 1996, Art. 3º).

A educação especial atinge todas as modalidades e etapas do sistema de ensino, integra o ensino regular, além de fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola com a participação de todos (diretores, coordenadores, professores, pais ou responsáveis, estudantes, funcionários e comunidade em geral), assegurando o acesso e os direitos do sujeito com deficiência às escolas regulares (Lei nº 13.146/2015). O PPP fundamentado pela lei deverá ser construído por uma gestão democrática na escola.

Para Saldanha *et al.* (2015), o planejamento, a elaboração do PPP e a formação continuada dos professores são intervenções coletivas no ambiente escolar, devem sempre estar comprometidas com o processo de inclusão. Esses autores ressaltam que é fundamental um compromisso coletivo da instituição de ensino para viabilizar essas ações pedagógicas.



Além disso, no PPP, é possível ajustar os objetivos, os conteúdos, os dispositivos avaliativos e as atividades de ensino-aprendizagem no decorrer do processo educativo. Assim sendo, é essencial para atender à diversidade dos sujeitos que apresentam necessidades educacionais especiais.

De acordo com Ropoli *et al.* (2010), a escola se torna inclusiva quando reconhece e respeita as diferenças dos sujeitos por meio do processo educativo no qual potencializa o progresso e a participação de todos, adotando novos arranjos pedagógicos e valorizando a diversidade. Isto é, o ambiente escolar inclusivo, deve sempre respeitar a legislação no tocante à Educação Especial e também à diversidade do ser humano, respeitando seus ritmos de aprendizagem, ou seja, independentemente do estudante ter ou não alguma deficiência. Mantoan (2015), afirma que a inclusão escolar acarreta modificações no âmbito da educação, sinalizando que a instituição de ensino se reconstrua ao reconhecer a diversidade como um valor e não como um problema.

Portanto, compete à instituição de ensino desempenhar seu papel na integração dos professores com a realidade social na qual a escola está inserida, respeitando a legislação dos sujeitos com deficiência no processo de aprendizagem que visa à formação dos estudantes, com deficiência ou não, com o propósito de desenvolver transformações nas relações sociais em todas as esferas do ser humano.

#### **4. Educação Física escolar em uma perspectiva inclusiva por meio dos esportes adaptados**

De acordo com Simões (2015), cada ser humano é único e tem suas características (especificidades), ou seja, esse sujeito aprende diferente em tempo diferente, mas simultaneamente ele faz parte da história, da sociedade e da cultura do seu povo e compartilha diversos tipos de experiências. Assim, todos precisam participar efetivamente da educação para buscar interpretar o mundo e transformá-lo a sua volta, libertando-se dos padrões impostos pela sociedade. Mais uma vez, uma das competências da Educação Física no ensino fundamental, no que se refere aos modelos de alto rendimento nos orienta que é finalidade: Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas (Brasil, 2017, p. 219).

A Educação Física escolar possibilita um espaço facilitador para o processo inclusivo, ou seja, através de suas aulas, é possível trabalhar com o sujeito o seu desenvolvimento integral nos aspectos afetivos, cognitivos, motores e sociais, colaborando para modificações significativas dia após dia na vida desses estudantes. Além disso, trabalhar, nas aulas de Educação Física, com estudantes com deficiência permite ao professor aprofundar-se no ato de pesquisar com o propósito de adaptar e inovar suas práticas pedagógicas (Chicon *et al.*, 2016).

Para Lopes *et al.* (2022), a Educação Física escolar é uma disciplina que pode viabilizar o processo de inclusão. Ou seja, através da diversidade de atividades e conteúdos (teoria ou prática) que podem ser desenvolvidos, os esportes, os jogos, o lúdico e as brincadeiras têm um papel fundamental nesse processo de inclusão, valorizando a criação de vínculo e estreitando os laços afetivos entre professor e estudantes no ensino fundamental (séries finais) e no ensino médio, a cooperação ao trabalhar em equipe entre todos os envolvidos, o que muitas vezes as outras disciplinas não oportunizam.

Os conteúdos, ao serem desenvolvidos de uma maneira ampla, devem ser potencializados em tudo aquilo que se adquire (aprende) para atingir determinados objetivos (Zabala, 1998). Assim, para ocorrer essa ampliação dos conteúdos, eles devem ser realizados em três diferentes dimensões, a saber: (i) conceitual: o que se deve saber? (ii) procedimental: o que se deve fazer? e (iii) atitudinal: como se deve ser? (Coll *et al.*, 2000). Segundo Rufino e Darido (2013), na dimensão conceitual do ensino nas aulas de Educação Física escolar inclusiva, podem ser entendidos os aspectos conceituais em algumas modalidades esportivas adaptadas, as regras adaptadas dessas modalidades, a análise das modalidades esportivas adaptadas, o processo histórico etc. Já a dimensão procedimental está relacionada ao saber-fazer dos movimentos adaptados realizados por meio dos esportes adaptados nas aulas de Educação Física escolar, entre outras possibilidades. E a dimensão atitudinal refere-se às atitudes, valores e normas que devem ser desenvolvidos em relação aos esportes adaptados, os princípios orientadores como a cooperação, o respeito mútuo, a questão da ética etc. Esses mesmos autores comentam que, embora as dimensões de conteúdos sejam divididas em três, nas dinâmicas das aulas de Educação Física inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, elas devem estar articuladas umas às outras, ou seja, não é apropriado o ensino dos esportes adaptados em cada dimensão dos conteúdos de forma separada. Assim sendo, socializando-se entre si, promovem a ampliação da visão dos conteúdos, facilitando o processo de ensino-aprendizagem dos esportes adaptados. Ao contrário, com o processo de ensino-aprendizagem em partes, há sentido e significado diferentes daquilo que é proposto.

Segundo Prandina e Santos (2016), os movimentos e as práticas corporais são formas de descobrir o corpo e suas possibilidades, possibilitando a percepção corporal a partir dessa vivência, colaborando para a formação do sujeito, potencializando seus costumes e conhecimentos, visando à promoção de atitudes, da igualdade e do respeito.

No processo histórico da Educação Física, observou-se a falta de uma política inclusiva no âmbito pedagógico dessa área, que foi marcada pela discriminação e exclusão de pessoas com deficiência do modelo educacional. Notou-se que isso ocorreu em um período no qual os profissionais não possuíam acesso a capacitações específicas para desenvolver atividades com a participação de sujeitos com deficiência. Na antiguidade, existiu um período em que a Educação Física era restrita para as pessoas que tinham alguma

deficiência e tinha como propósito preparar os soldados para defesa da nação (Cabral e Almeida, 2019).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o esporte passou a ser utilizado como ferramenta de reabilitação e inserção social de sujeitos com deficiência. Assim, atendendo à solicitação do governo britânico, o médico neurologista Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de *Stoke Mandeville*, destinado a tratar mulheres e homens do exército inglês feridos ou mutilados em combate na Segunda Guerra Mundial (Costa e Sousa, 2004).

O esporte, na década de 1970, foi explorado no ambiente escolar praticamente como conteúdo único, através do modelo de esporte de alto rendimento pautado na desigualdade e na exclusão. A transformação desse conteúdo possibilitou a elaboração de novas tendências para a área da Educação Física. Assim, tais modificações diferenciaram o esporte da escola, o qual deve ser realizado com adaptação das técnicas e das regras com objetivo educacional e a formação do ser humano (Bracht, 1992).

De acordo com o Paes e Balbino (2005), o esporte enquanto conteúdo de cunho educacional não deve se limitar ao ensino das táticas e técnicas das modalidades esportivas, mas desenvolver conhecimentos socioculturais e históricos de maneira crítico-reflexiva, simultaneamente à experiência das diversas modalidades, promovendo o desenvolvimento global dos sujeitos.

Desse modo, não se pode concluir que o esporte incentiva a exclusão, mas a maneira de trabalhar esse conteúdo de forma competitiva e mecânica promove a rejeição das diferenças e a dificuldade na participação de todos envolvidos. Por outro lado, pode-se propiciar o desenvolvimento da inclusão por meio de um trabalho educacional baseado nos ideais de aceitação, respeito e valorização das diferenças (Carvalho e Araújo, 2015).

Para Soler (2009), o esporte é considerado um fenômeno humano que pode ser utilizado como ferramenta pedagógica que proporciona a inclusão acerca das relações sociais. Assim, a inclusão de sujeitos com necessidades educacionais no ambiente escolar por meio do esporte significa oferecer oportunidades equitativas e igualitárias, com adaptações sensíveis e adequadas às diferenças ao reconhecer a relevância do esporte inclusivo para o desenvolvimento dos sujeitos.

Sabe-se que o esporte, como conteúdo de cunho educacional, promove uma modificação nas regras para adequação dos estudantes nos diversos espaços, valoriza o processo e não o resultado, visando à aprendizagem dos estudantes.

Segundo Sassaki (2006), os benefícios do esporte inclusivo são: (i) aumento da autoestima e melhoria da competência física e social; (ii) aumento na variedade de modelos sociais propiciados pela diversidade dos participantes; (iii) crescimento do senso de pertencimento à comunidade, de cada ser humano; e (iv) melhoria da imagem da instituição promotora perante a comunidade local e internacional.

O esporte na perspectiva inclusiva pode ser desenvolvido como ferramenta do esporte adaptado. Além disso, a existência de várias modalidades esportivas possibilita experiências diversificadas com o intuito de sempre respeitar as diferenças entre os sujeitos.

Conforme Soler (2009) relata, os benefícios dos esportes adaptados para pessoas com deficiência consideram-se:

Nos aspectos físicos e motores, o esporte melhora a condição cardiovascular dos praticantes, aprimora a força, a agilidade, coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor. No aspecto social, o esporte proporciona a oportunidade de socialização com pessoas portadoras e não-portadoras de deficiências, torna o indivíduo mais independente para a realização de suas atividades diárias e faz com que a sociedade conheça melhor as potencialidades dessas pessoas especiais. No aspecto psicológico, o esporte melhora a autoconfiança e autoestima das pessoas portadoras de deficiência tornando-as mais otimista e seguras para alcançarem seus objetivos (Soler, 2009, p. 177).

De acordo com Alonso *et al.*, (2020), o esporte é apenas um dos diversos conteúdos que fazem parte da Educação Física escolar, sendo todos eles facilitadores da inclusão por meio de uma mediação adequada do professor. O esporte, juntamente com o jogo, a luta, a dança, a ginástica, entre outras atividades corporais, quando desenvolvidas por meio da construção do conhecimento sócio-histórico-cultural e de vivências, favorecem a participação de todos os sujeitos, com a implementação da inclusão no ambiente escolar (Carvalho e Araújo, 2018).

Segundo Kunz (2014), a Educação Física está alicerçada na tematização da linguagem, enquanto categoria de ensino, ou seja, não é só a linguagem verbal que ganha representatividade, mas todo o ser corporal do aluno se torna linguagem quando se movimenta e dialoga com o mundo.

A BNCC (Brasil, 2017), traz duas competências específicas da Educação Física (6ª e 9ª), para o ensino fundamental que nos chamam a atenção em relação ao tema desse texto:

6- Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 9- Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário (Brasil, 2017, p. 219).

Os esportes de invasão (basquete para cadeirantes e *golboal*); Esportes de rede (vôlei sentado) são os exemplos de atividades que oportunizam a vivências de valores presentes na literatura, com a devida mediação do professor.

Portanto, promover vivências dos esportes adaptados nas aulas de Educação Física possibilita aos estudantes o reconhecimento das diferenças entre as expressões corporais, evitando qualquer tipo de preconceito ou discriminação, com o intuito de conscientizar e sensibilizar os sujeitos com atitudes positivas no tocante às diferenças corporais. Ou seja, é essencial que os estudantes compreendam que o esporte, as lutas, o jogo, entre outros, podem ser realizados com estudantes com deficiência ou não, por meio de algumas adaptações acerca da realidade do ambiente escolar, promovendo o estreitamento dos vínculos afetivos e a cooperação de pessoas com características diferentes.

Além disso, sublinha-se que, a apropriação da aula não depende apenas das limitações físicas e cognitivas que o aluno possui, mas das expectativas que o sujeito constrói previamente em relação às práticas corporais que dialogam com os saberes desenvolvidos na escola.

## **5. Considerações finais**

O ambiente escolar vem apresentando algumas mudanças no tocante à construção de uma Educação Física escolar inclusiva, mas, para obtermos um salto qualitativo, é preciso fomentar dia após dia uma maior qualificação docente para desenvolver os diversos conteúdos dessa disciplina durante as aulas, articulando-se com as práticas inclusivas em um trabalho interdisciplinar entre a Educação Física e outras disciplinas. Além disso, a luta política por uma educação inclusiva e pelos direitos e deveres das pessoas com deficiência no ambiente escolar por uma educação de qualidade em condições de igualdade-equidade na escola.

Deve-se também considerar as especificidades de cada espaço escolar, potencializando intervenções didáticas sistematizadas, com o objetivo de que essas ações pedagógicas sejam socializadas, dialogadas, confrontadas e avaliadas, contribuindo para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem acerca dessa temática.

A fundamentação de uma Educação Física inclusiva depende não apenas dos conhecimentos sobre os sujeitos com deficiência, das suas capacidades ou necessidades, mas também das particularidades da Educação Física escolar enquanto área educacional.

Assim, um processo inclusivo da pessoa (com deficiência ou não) deve ser constituído com uma visão ampla da realidade, com infraestrutura, acessibilidade, recursos etc., que são essenciais para vida do cidadão, garantindo o reconhecimento da sua participação, bem como avançar culturalmente em uma sociedade que valoriza a natureza da convivência na diversidade.

Observa-se que, pelas limitações deste estudo, é essencial que outras investigações possam contribuir para o alinhamento de ideias entre o esporte adaptado, práticas pedagógicas, inclusão e Educação Física. Todavia, compreendemos que os argumentos apresentados neste trabalho possam





colaborar para a continuidade das reflexões e debates sobre as práticas inclusivas nos ambientes escolares.

Portanto, este estudo sinaliza a abordagem do esporte adaptado de maneira clara na BNCC, ressaltando a importância da formação continuada de professores e incentiva o diálogo e a reflexão sobre práticas inclusivas na Educação Física.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Edison Montenegro; CARVALHO, Camila Lopes de; ARAÚJO, Paulo Ferreira de; SALERNO, Marina Brasileiro. Inclusão na educação física escolar na concepção dos escolares com deficiência visual. **Conexões**, Campinas, v. 18, e020008, p.1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8656129>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRACHT, Valter. **Aprendizagem social e Educação Física**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 jan. 2024. BRASIL.

**Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2023/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2023/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 12 jan. 2024.

CABRAL, Stheffanie Matias; ALMEIDA, Wolney Gomes. A inserção de esportes adaptados nos conteúdos das aulas de Educação Física escolar no ensino médio. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 22, n. 38, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/2956>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CARVALHO, Camila Lopes; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física. **Educación Física y Ciencia**, Buenos Aires, v. 20, n. 01, p. 41-56, ene. 2018. Disponível em: <http://www.efyc.fahce.unlp.edu.ar/article/view/EFyCe041>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARVALHO, Camila Lopes; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Esporte: um conteúdo excludente ou inclusivo na educação física escolar? **Conexões**, Campinas, v. 13, n.4, p. 100-118, out./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8643435> . Acesso em: 04 fev.2024.

CASTRO, Gleyce Carvalho. Educação inclusiva em tempos de pandemia: desafios para a inclusão. **Margens: Revista Interdisciplinar**, Pará, v. 15, n. 24, p. 275-290, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10102>. Acesso em: 05 mar.2024.

CHICON, José Francisco. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, jan/abr. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/3760>. Acesso em: 05 mar.2024.

CHICON, José Francisco; HUBER, Leilane Lauer; ALBIÁS, Thais Rodrigues Mardegan; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de; ESTEVÃO, Adriana. Educação física e inclusão: a mediação pedagógica do professor na brinquedoteca. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, jun/mar. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/56302>. Acesso em: 30 jan. 2024.

COLL, César; POZO, Juan Ignacio; SARABIA, Barnabé; VALLS, Enric. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação Física e Esporte Adaptado: História, Avanços e Retrocessos em Relação aos Princípios da integração/ inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, mai. 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236>. Acesso em: 30 jan. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/%20pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1994.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.



KASSER, Susan; LYTLE, Rebeca. **Inclusive physical activity:** promoting health for a lifetime. Champaign: Human Kinetics, 2013.

KUNZ, Elenor. **Didática da Educação Física**. 4.ed. Ijuí: UNIJUI, 2014.

LOPES, Pedro Paulo Felix; MARCOLAN, Simone Gobi; ORTH, Arlete Cherobini. Educação física escolar: os desafios para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Espaço Ciência & Saúde**, Cruz Alta, v. 10, n. 1, p. 153-167, jun. 2022. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/saude/article/view/713>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Phelipe Lins de. Projetos Integradores: vivenciando o esporte adaptado a partir de oficinas no curso de licenciatura em Educação Física. **Revista Profissional da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**. Presidente Prudente, v. 13, n. 1, p. 26-35, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/adapta/article/view/7925>. Acesso em: 5 fev. 2024.

PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. **Pedagogia do esporte:** contextos e perspectivas. Rio de Janeiro, Brasil: Guanabara Koogan, 2005.

PRANDINA, Marilene Zandona de; SANTOS, Maria de Lourdes dos. A Educação Física escolar e as principais dificuldades apontadas por professores da área. **Horizontes Revista de Educação**. Dourados, v.4, n. 8, p. 100-113, jan. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/5745>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Tereza Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2010.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. Possíveis diálogos entre a Educação Física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal. **Revista Conexões**. Campinas, v. 11, n.1, p.145-170, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637635>. Acesso em: 26 fev. 2024.



SALDANHA, Sabrina Neves; GARCIA, Carlos Alberto Xavier; ZAUPA, Patrícia. A Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na prática pedagógica de uma escola municipal do município de Vila Nova do Sul.

**Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, p. 143-154, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/20646>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SALERMO, Marina Brasiliano; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Esporte adaptado como tema da Educação Física escolar. **Conexões**, Campinas, v.6, p.212-221, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazuma. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, Anais Suassuna. **Educação Física na perspectiva inclusiva**: um estudo em uma escola do Recife. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física, UPE/UFPB, Recife, 2015.

SIMÕES, Anais Suassuna; LORENZINI, Ana Rita; GAVIOLI, Rosangela; CAMINHA, Iraquiton de Oliveira; SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de; MELO, Marcelo Soares Tavares de. A Educação Física e o trabalho educativo inclusivo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 35-48, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73009>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOLER, Reinaldo. **Educação Física inclusiva na escola**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

VENDITTI JR, Rubens. **Autoeficácia Docente e Motivação para a Realização de Profissionais de Educação Física Adaptada**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANATO Caroline Borges; GIMENEZ, Roberto. Educação inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo, v.10, n. 2, p. 289-303, jul./dez. 2017.

Recebido em: 14 de março de 2025.  
Aceito em: 08 de setembro de 2025.  
Publicado em: 17 de setembro de 2025.

